

Quinta-feira, 11 de Abril de 2002

8. Salienta a grande importância de que se reveste a manutenção da estabilidade na região e exorta o Governo da Moldávia a envidar esforços visíveis para a resolução da crise política e o regresso à estabilidade política;
9. Exorta os governos da Roménia e da Federação Russa a não interferirem na delicada situação política interna da República da Moldávia e a darem o seu pleno apoio, em conjunto com a União Europeia e outros organismos europeus, ao desenvolvimento estável e pacífico de todos os países da região;
10. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao governo e ao parlamento da Moldávia, à OSCE, ao Conselho da Europa e aos governos da Roménia e da Federação Russa.

---

**P5\_TA(2002)0186****Birmânia/Myanmar****Resolução do Parlamento Europeu sobre a Birmânia/Myanmar***O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a Birmânia, designadamente as de 16 de Setembro de 1999<sup>(1)</sup>, 18 de Maio de 2000<sup>(2)</sup>, 7 de Setembro de 2000<sup>(3)</sup>, 16 de Novembro de 2000<sup>(4)</sup> e 4 de Outubro de 2001<sup>(5)</sup>,
  - Tendo em conta as Posições Comuns 96/635/PESC de 28 de Outubro de 1996 aprovada pelo Conselho com base no artigo J. 2 do Tratado da União Europeia, sobre a Birmânia/Myanmar<sup>(6)</sup>, e 2001/757/PESC do Conselho, de 29 de Outubro de 2001, que prorroga e altera a Posição Comum atrás citada<sup>(7)</sup>,
  - Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 552/97 do Conselho, de 24 de Março de 1997, que suspende temporariamente o benefício das preferências pautais generalizadas do sector industrial da União de Myanmar<sup>(8)</sup>,
  - Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1081/2000 do Conselho, de 22 de Maio de 2000, que proíbe a venda, o fornecimento e a exportação para a Birmânia/Myanmar de equipamento susceptível de ser utilizado para actividades de repressão interna ou de terrorismo e que congela os fundos de determinadas pessoas ligadas a importantes cargos públicos nesse país<sup>(9)</sup>,
- A. Considerando que o dia 27 de Maio de 2002 assinala o 12.º aniversário das eleições gerais na Birmânia, que propiciaram à Liga Nacional para a Democracia (NLD) de Aung San Suu Kyi, 82% dos mandatos parlamentares,
  - B. Considerando que Aung San Suu Kyi, que, em Outubro de 2000, entabulou conversações com o Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento (SPDC), no poder, com o objectivo de resolver os problemas políticos do país, se encontra ainda sob prisão domiciliária,
  - C. Verificando que, graças à visita da tróica da UE, o governo militar da Birmânia libertou 25 mulheres que se encontravam detidas,
  - D. Considerando que se encontram ainda detidos mais de 1000 presos políticos em vários estabelecimentos prisionais na Birmânia, sujeitos a várias formas de maus tratos e de tortura e sem acesso a alimentação nem a assistência sanitária adequadas,

---

<sup>(1)</sup> JO C 54 de 25.2.2000, p. 111.<sup>(2)</sup> JO C 59 de 23.2.2001, p. 284.<sup>(3)</sup> JO C 135 de 7.5.2001, p. 283.<sup>(4)</sup> JO C 223 de 8.8.2001, p. 335.<sup>(5)</sup> JO C 87 E de 11.4.2002, p. 263.<sup>(6)</sup> JO L 287 de 8.11.1996, p. 1.<sup>(7)</sup> JO L 286 de 30.10.2001, p. 1.<sup>(8)</sup> JO L 85 de 27.3.1997, p. 8.<sup>(9)</sup> JO L 122 de 24.5.2000, p. 29.

**Quinta-feira, 11 de Abril de 2002**

- E. Considerando que a Assembleia Geral das Nações Unidas expressou, em Novembro de 2001, a sua preocupação face à morosidade das conversações entre o SPDC e Aung San Suu Kyi e instou aquele a promover medidas tendentes à criação de um clima de confiança, a fim de assegurar a irreversibilidade do processo rumo à democracia, deplorando ainda as contínuas violações dos direitos humanos, sobretudo as dirigidas contra pessoas que pertencem a minorias étnicas e religiosas e contra as mulheres birmanesas, bem como o não-reconhecimento da liberdade de religião,
- F. Registando serem escassos os progressos observados no que respeita às reformas políticas,
- G. Considerando que a missão da OIT à Birmânia, realizada em Fevereiro de 2002, não foi autorizada a avistar-se com Aung San Suu Kyi e relatou que o regime militar no poder bloqueou efectivamente os esforços internacionais tendentes a pôr termo à utilização dos trabalhos forçados por parte do exército, mau grado as promessas do SPDC no sentido de erradicar essa prática,
- H. Considerando que a visita da tróica da UE à Birmânia, prevista para Dezembro de 2001, teve finalmente a possibilidade de se realizar em Março de 2002,
- I. Considerando que o Conselho deverá rever a sua Posição Comum no final de Abril de 2002,
- J. Considerando que a visita do enviado especial das Nações Unidas, Tan Sri Razali Ismail, à Birmânia, igualmente prevista para Março de 2002, foi adiada pelo SPDC,
- K. Considerando que o enviado especial das Nações Unidas à Birmânia, Razali Ismail, criticou também veementemente os morosos progressos registados no diálogo entre a junta militar e a oposição democrática,
- L. Considerando que as forças armadas birmanesas continuam a cometer graves violações dos direitos humanos contra a população civil pertencente às minorias étnicas, como sejam os povos Arakan, Chin, Kachin, Karen, Karenni, Shan e Mon, incluindo o espancamento, violações, a destruição de produtos alimentares, a deslocação coerciva de populações, trabalhos forçados, a tortura, execuções sumárias extrajudiciais e desaparecimentos,
- M. Considerando que, em Dezembro de 2001, os dirigentes das minorias étnicas manifestaram conjuntamente, em Oslo, a sua disposição de dar início a um cessar-fogo a nível nacional e de negociar uma resolução política pacífica com a Liga Nacional para a Democracia e com o SPDC mediante um «diálogo tripartido» assente nos princípios do Acordo de Panglong de 1947 — Igualdade, participação voluntária e democracia,
- N. Considerando que o investimento europeu na Birmânia assume dimensões importantes, particularmente nos sectores do petróleo e do gás,
- O. Considerando que todo o investimento estrangeiro na Birmânia se processa através de empresas que contam com o apoio dos militares,
- P. Considerando que a Federação Internacional dos Sindicatos da Indústria Química, da Energia, das Minas e Indústrias Diversas exortou as empresas petrolíferas e de gás a porem termo aos investimentos externos na Birmânia enquanto persistir a utilização de trabalhos forçados,
- Q. Considerando que a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (ICFTU) instou à adopção de sanções económicas contra a Birmânia e publicou uma lista das empresas que investem no país,
1. Congratula-se com a atenção constante prestada pelas Nações Unidas e pelo Enviado Especial das Nações Unidas, Razali Ismail, às conversações entre Aung San Suu Kyi e o SPDC;
  2. Exorta o SPDC a tirar partido dos recentes eventos observados na Birmânia para acelerar o processo de diálogo com Aung San Suu Kyi, por forma a ir além da fase de construção da confiança;
  3. Solicita ao SPDC que demonstre de modo convincente a sua intenção de concretizar a reconciliação nacional, iniciando um diálogo mais lato e promovendo novos progressos tendentes à democratização;
  4. Exorta o SPDC, em especial, a responder à proposta dos dirigentes das minorias étnicas no sentido de dar início a um cessar-fogo a nível nacional e de negociar uma solução política com base nos princípios do Acordo de Panglong de 1947;

Quinta-feira, 11 de Abril de 2002

5. Exorta o SPDC a libertar imediata e incondicionalmente Aung San Suu Kyi da prisão domiciliária em que se encontra e a pôr termo à restrição de movimento e de associação de outros dirigentes políticos, quer de nacionalidade birmanesa, quer pertencentes a qualquer uma das minorias étnicas;
  6. Regozija-se com a libertação, por parte do SPDC, de alguns presos políticos, mas insta o governo militar a libertar, sem condições prévias, os mais de 1000 presos políticos restantes, começando por libertar, de imediato, os que já cumpriram a respectiva pena;
  7. Insta o SPDC a melhorar as horríveis condições observadas nas prisões e nos campos de trabalho e a assegurar que os prisioneiros tenham acesso a uma alimentação e a assistência sanitária adequadas;
  8. Salienta a necessidade de aplicar estritamente a lei de Outubro de 2000 que proíbe a utilização de trabalhos forçados e de assegurar que se ponha cobro a esta prática corrente, e insta o SPDC a permitir à OIT que estabeleça uma representação permanente na Birmânia e a instituição de um provedor de justiça;
  9. Exorta a Comissão a assegurar que o apoio para fins de ajuda humanitária concedido às regiões mais necessitadas se processe sem qualquer interferência política por parte dos militares e conte com a participação das ONG internacionais;
  10. Apoia o contributo acrescido da UE para o programa conjunto das Nações Unidas de combate à propagação da SIDA na Birmânia/Myanmar;
  11. Insta o SPDC a pôr imediatamente cobro a todas as violações dos direitos humanos cometidas pelas forças armadas da Birmânia, os serviços secretos, a polícia e outras forças de segurança, incluindo a prática difundida da tortura, deslocações coercivas de população, trabalhos forçados e execuções extrajudiciais e sumárias, bem como a levar a julgamento os responsáveis por tais actos;
  12. Propõe-se facultar e promover uma conferência das minorias étnicas que permita a estas últimas contribuir para as consultas entre a junta e a oposição democrática;
  13. Convida o Conselho a manter as actuais sanções contra a Birmânia na sua Posição Comum e, caso, no decurso dos próximos seis meses, não se registem quaisquer progressos no diálogo entre a junta militar e a oposição democrática, a reforçar as sanções económicas e a examinar as possibilidades de proibição do investimento;
  14. Solicita à Comissão que pondere a possibilidade de submeter a questão da contínua e corrente utilização de trabalhos forçados na Birmânia à apreciação da Organização Mundial do Comércio, a qual, em Dezembro de 1996, na sua Declaração Interministerial de Singapura, reiterou o seu empenho em prol da observância das normas laborais essenciais internacionalmente reconhecidas;
  15. Insta os governos da Índia, da China, do Japão e dos países ASEAN a manifestarem-se mais explicitamente a favor da promoção da democratização e da reconciliação na Birmânia;
  16. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Governos dos Estados membros da ASEAN, aos Governos da Índia, da China e do Japão, à Liga Nacional para a Democracia, a Aung San Suu Kyi e ao Secretário-Geral das Nações Unidas.
-